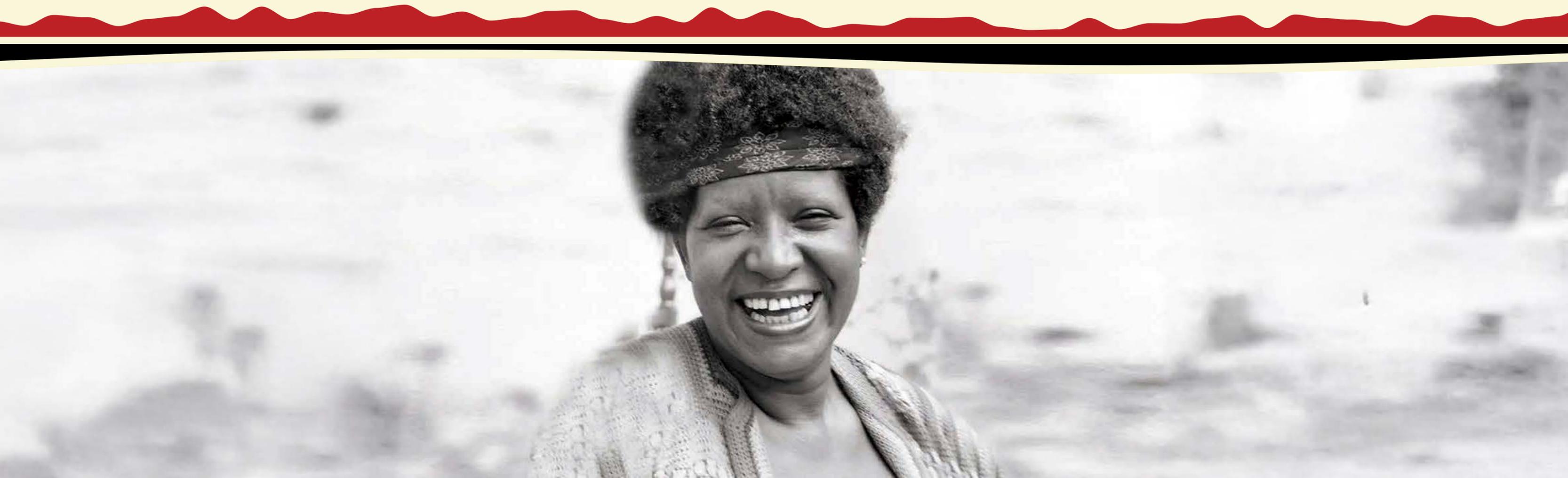


Praia Vermelha



Praia Vermelha

Estudos de Política e Teoria Social

ISSN 1414-9184
eISSN 1984-669X

PERIÓDICO CIENTÍFICO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Temas Livres

v.34 n.2

Jul-Dez/2024

A Revista Praia Vermelha é uma publicação semestral do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro cujo objetivo é servir como espaço de diálogo entre centros de pesquisa em serviço social e áreas afins, colocando em debate, sobretudo, os temas relativos às políticas sociais, políticas públicas e serviço social.

Conheça nossas [políticas editoriais](#).



Praia Vermelha

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

REITOR

Roberto de Andrade Medronho

PRÓ-REITOR DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

João Torres de Mello Neto

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

DIRETORA

Ana Izabel Moura de Carvalho

VICE-DIRETOR

Guilherme Silva de Almeida

DIRETORA ADJUNTA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Fátima da Silva Grave Ortiz

REVISTA PRAIA VERMELHA

EDITORA-CHEFE

Miriam Krenzinger UFRJ

EDITOR TÉCNICO

Fábio Marinho UFRJ

REVISÃO

Tikinet Edição LTDA EPP

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Fábio Marinho

CONSELHO EDITORIAL

Angela Santana do Amaral UFPE

Antônio Carlos Mazzeo USP

Arthur Trindade Maranhão Costa UNB

Christina Vital da Cunha UFF

Clarice Ehlers Peixoto UERJ

Elenise Faria Scherer UFAM

Ivanete Boschetti UFRJ

Jean François Yves Deluchey UFPA

Leonilde Servolo de Medeiros UFRRJ

Marcos César Alvarez USP

Maria Cristina Soares Paniago UFAL

Maria Helena Rauta Ramos UFRJ

Maria das Dores Campos Machado UFRJ

Maria de Fátima Cabral Gomes UFRJ

Myriam Moraes Lins de Barros UFRJ

Ranieri Carli de Oliveira UFF

Rodrigo Castelo Branco Santos UNIRIO

Rodrigo Guiringuelli de Azevedo PUCRS

Salviana de Maria Pastor Santos Sousa UFMA

Suely Ferreira Deslandes FIOCRUZ



Lélia Gonzalez (Reprodução / Fundação Cultural Palmares)

APLICAÇÃO EM CAPA MODIFICADA COM A FERRAMENTA ADOBE FIREFLY IMAGE 3

Publicação indexada em:

Latindex

Portal de Periódicos da Capes

IBICT

Base Minerva UFRJ

Portal de Revistas da UFRJ

Escola de Serviço Social - UFRJ

Av. Pasteur, 250/fundos

CEP 22.290-240

Rio de Janeiro - RJ



Praia Vermelha: estudos de política e teoria social /Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Vol.1, n.1 (1997) – Rio de Janeiro: UFRJ. Escola de Serviço Social. Coordenação de Pós-Graduação, 1997-

Semestral
ISSN 1414-9184
eISSN 1984-669X

1.Serviço Social-Periódicos. 2.Teoria Social-Periódicos. 3. Política- Periódicos I. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.

CDD 360.5
CDU 36 (05)

 Para uma melhor experiência de leitura, recomendamos o acesso por computador com visualização em tela cheia (CTRL+L).

 Navegue pelo texto utilizando os ícones na lateral esquerda das páginas ou as setas em seu teclado.

 Clique [aqui](#) para baixar, instalar e utilizar gratuitamente o Adobe Reader.

Sumário

353 Editorial

Miriam Krenzinger & Fábio Marinho

ARTIGOS TEMAS LIVRES

354 Pensando com(o) Lélia Gonzalez: a construção do pensamento feminista afro-latino-americano

Brenda Steffani Marques Pereira

369 A importância histórica da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra

Erick José Gonçalves dos Santos Silva et alia

393 E a solidão das mulheres negras, cumé que fica?

Patrick Oliveira & Jackson Roger de Oliveira

423 Grupos reflexivos: cenários de uma política pública no sistema de justiça brasileiro

Mariana de Freitas Barbosa & Cristiane Brandão Augusto

445 A criança e a destituição do poder familiar em processos no Rio de Janeiro

Elisa Costa Cruz

466 A política de educação infantil no enfrentamento dos conflitos entre trabalho e família

Simone Dalbello, Andrea de Sousa Gama & Vanessa Bezerra de Souza



486 Problematizando a despolitização do trabalho social na Política Nacional de Assistência Social

Helder Barros e Souza & Silvio José Benelli

CLASSICOS DA PRAIA VERMELHA

509 Notas sobre Cidadania e Modernidade

Carlos Nelson Coutinho



Para acessar os demais textos deste número clique aqui e veja o sumário online.

Praia Vermelha

PERIÓDICO CIENTÍFICO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Problematizando a despolitização do trabalho social na Política Nacional de Assistência Social

Assistência Social

Trabalho Social

Questão Social

Caridade

Filantropia

Este artigo problematiza o trabalho social e os riscos de sua despolitização, desqualificando-o enquanto oferta de Política Pública. Apresentamos o fenômeno da assistencialização das políticas sociais como um modelo que rebaixa as necessidades humanas e desloca o tratamento das expressões da questão social do campo político para o da gestão técnica e orçamentária. Associamos, por fim, o trabalho social despolitizado às práticas caridosas e filantrópicas.

Helder Barros e Souza
helderbarrosesouza@gmail.com

Silvio José Benelli
silvio.benelli@unesp.br

Questioning the depoliticization of the social work in the Brazilian Social Assistance Policy

This article problematizes the social work and the risks of its depoliticization, disqualifying it as an offer of Public Policy. We present the phenomenon of welfare assistencialization as a model that lowers human needs and shifts the treatment of expressions of the social issue from the political field to that of technical and budget management. Finally, we associate depoliticized social work with the practices of charity and philanthropy.

Social Policy
Social Work
Social Issues
Charity
Philanthropy





Introdução

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) (Brasil, 2005) é uma instituição constituída por muitas pessoas, mais precisamente por agentes que formam uma classe denominada com razoável frequência de ‘trabalhadores sociais’, englobando profissionais que desenvolvem diferentes atribuições, com complexidades diversas, mas que realizam a execução dos serviços da PNAS nos muitos estabelecimentos preconizados pela Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Brasil, 2009).

Utilizamos a concepção de ‘Trabalho Social’ discutida por Verdès-Leroux (1986) e Donzelot (1980), que apontam para um campo multidisciplinar, operado por diferentes categorias, como Educadores Sociais, Assistentes Sociais, Psicólogos Sociais, Conselheiros Tutelares, entre outros, profissões e cargos distintos que operam intervenções baseadas em um quadro de legitimidade institucional e jurídica que os permite atuar nas situações da vida social de determinados grupos populacionais, geralmente nos contextos familiares e comunitários de pessoas pobres. Este texto pretende discutir questões referentes à dimensão ético-política da execução da PNAS, apontando algumas inquietações e problematizações indissociáveis à prática profissional no campo da Assistência Social contemporânea brasileira.

Partindo da interpretação de que o campo de trabalho da PNAS é resultante de um entrecruzamento de determinantes biopsicossociais, econômicos e políticos, faz-se necessária a discussão acerca dos paradigmas e saberes que embasam as variadas formas possíveis de execução do trabalho social na atualidade. Em nossa argumentação, explicitamos elementos que permitem reconhecer as matrizes caritativas e filantrópicas, para diferenciá-las da Assistência Social enquanto Política Pública — um dos três pilares da Seguridade Social —, com o objetivo de sinalizar a possibilidade da figura de um trabalhador social que esteja implicado com a qualidade de vida dos cidadãos por ele atendidos, não resignado a uma interpretação apolítica que embase a reprodução pedagógica, romantizada e normalizante do fazer social.

Defendemos, desse modo, que a prática dos trabalhadores na operacionalização da PNAS deve estar precavida por teorias





críticas a respeito do trabalho social e por uma interpretação não individualizante sobre o fenômeno da vulnerabilidade social.

A caridade cristã, a filantropia e a bondade como virtude

Para Castel (1978), na base da atitude filantrópica está a compaixão pelos desafortunados, uma aglutinação entre a benevolência e a autoridade que reveste as relações de dominação e de subordinação regulada, na medida em que mimetiza uma troca racional, equilibrada, de cuidado, apesar de permanecer no campo da intromissão. No limite, a racionalidade é a de que sempre se intervém para o bem dos submissos. Nessa mesma direção, Nascimento e Scheinvar (2005) argumentaram que a ideia de Proteção à Infância e Juventude remete a dois âmbitos: o da 'bondade' e o da competência técnica. A bondade, segundo Martins (2013), pode ser considerada como uma ação virtuosa, uma disposição moral para fazer o bem a quem esteja necessitado, sem expectativas de retribuição. A benevolência, a piedade e a compaixão poderiam ser consideradas como pertencentes ao âmbito da ética e da moral, embora, na Modernidade, tenham lentamente se afastado do terreno da racionalidade ética e se deslocado na direção do campo das emoções ou dos sentimentos morais.

Nos tratados sobre ética da antiga filosofia grega, as ações benevolentes eram consideradas atos de virtude, geralmente viabilizados pela disponibilidade financeira, o que era uma prerrogativa dos cidadãos de posses, indicando, assim, a qualidade de um homem, sua grandeza ou magnitude. Na sociedade grega, esperava-se dos ricos e poderosos ações benevolentes, o que lhes caracterizaria uma virtude moral, um poder simbólico tão importante quanto o poder econômico e militar. Na tradição cristã, por outro lado, a benevolência não estava apenas relacionada a uma qualidade moral, mas vinculava-se a um dom espiritual supremo, exercido por meio da caridade, ou *charitas*:

A caridade é uma virtude ou um dom/carisma que não tem objetivos imediatos; seu fim é tão somente a manifestação espiritual e exterior da graça de Deus por meio daqueles que a receberam, os cristãos. A benevolência era, portanto, uma prática esperada dos cristãos não só por expressar uma qualidade moral, como na tradição clássica pagã, mas porque por meio dela se manifestava o amor ao próximo e o amor a Deus (Martins, 2013, p. 155).





A bondade, nesse registro, não expressaria apenas uma virtude moral, racional, mas manifestaria um elo amoroso entre os homens, a dimensão espiritual da união cristã, na qual o “ato principal, o móvel da caridade, é o amor” (Martins, 2013, p. 156). A caridade e a benevolência também funcionavam como um mecanismo de ajuste ideológico entre os ideais cristãos e as realidades sociais. Por meio das manifestações exteriores da caridade, os ricos podiam apaziguar suas consciências e mitigar seus pecados, dado que sua bonança desviava dos ideais da moralidade cristã medieval, que enaltecia o desapego aos bens materiais e os votos de pobreza, assemelhando-se à vida de Cristo, que fora pobre durante sua vida (Martins, 2013). Uma economia da salvação (Castel, 2009), na medida em que era possível a instrumentalização da existência do homem pobre, sujeito necessário ao exercício da caridade, criando um mecanismo possibilitador da redenção do homem rico. Nesse sentido, a caridade cristã referendava e sustentava a naturalização e a romantização da pobreza, justificando a desigualdade, além de estabelecer um crivo moral, normatizador e condicional para a benevolência:

A economia da dádiva nas sociedades cristãs medievais não funcionava de maneira aleatória ou extensiva. A princípio, todos aqueles que necessitassem de proteção e socorro deveriam ser acolhidos pela piedade cristã, mas, desde o início da organização da caridade por intermediação da Igreja ou diretamente na distribuição laica das esmolas por parte dos ricos ou bem situados, foram estabelecidas distinções entre aqueles que seriam merecedores da caridade, os pobres verdadeiros, e aqueles que não seriam dignos de receber esmolas, porque eram desonestos, vagabundos que mendigavam para não trabalhar (Martins, 2013, p. 157).

Na cultura cristã ocidental, a concepção de bondade permanece associada à noção de dádiva, ética difundida pelos evangelhos e tornada hegemônica por meio de um discurso repetitivo e moral (Silva, 2006). A materialização dessa doutrina pode realizar-se tanto por iniciativas individuais quanto por intermédio de organizações benemerentes:

Na cultura cristã ocidental, a dádiva está no centro de uma concepção hierárquica de mundo na qual o poder de dar esmolas e proteger os necessitados é sinal de distinção daqueles que podem dispensar aos





necessitados os socorros e auxílios. Na outra ponta da caridade estão os merecedores, os pobres, os doentes, os órfãos, as viúvas, as casas religiosas, os hospitais, enfim, todo um cortejo de necessitados e sofredores que na ética cristã merecem receber as dádivas daqueles que têm o poder da benevolência (Martins, 2013, p. 158).

Segundo Benelli (2014), a caridade como estratégia de assistência e proteção predominou no mundo medieval, convivendo com a perspectiva filantrópica, surgida no século XVIII, até ser eclipsada por ela, conforme o Estado se afastava da Igreja e a religião católica perdia sua hegemonia na organização da vida social burguesa. A filantropia, por sua vez, inspirava-se no humanismo, “dispensando motivos religiosos para realizar a promoção social dos seres humanos” (Benelli, 2014, p. 130), com a intenção de ser científica e racional.

De acordo com Martins (2013), esse descolamento entre a dimensão da bondade e o imperativo religioso esteve relacionado às reconsiderações do pensamento moderno sobre a constituição moral dos homens. Segundo a doutrina das religiões católica e protestante, a religião e a lei eram necessárias para refrear o orgulho e a violência humana, demovendo a maldade intrínseca do homem, naturalmente tomado por suas paixões deletérias e suas ambições desmedidas, ambas derivadas do pecado original. Essa antropologia pessimista começou a ser questionada pelos discursos naturalistas dos filósofos racionalistas e empiristas dos séculos XVII e XVIII, bem como pela decorrência do Iluminismo.

No século XVIII, apesar do ceticismo iluminista acerca da bondade humana, avolumaram-se os escritos sobre sentimentos morais naturais, bem como sobre a bondade natural. As elaborações filosóficas e literárias contribuíram, desse modo, para uma afirmação da bondade natural, reafirmada com o aparecimento da filantropia:

A naturalização da bondade não deveu sua fortuna crítica somente às elaborações filosóficas e literárias do século XVIII. Em boa medida, as próprias mulheres contribuíram para a construção da imagem da mulher benevolente e da associação entre bondade e feminilidade porque, desde meados do século XVIII e especialmente no século XIX, um número crescente delas passou a se envolver intensamente com as ações de benemerência, caritativas e filantrópicas. A palavra filantropia passou a ser de uso mais corrente nos séculos





XVIII e XIX para dar conta de diferentes ações benemerentes, não necessariamente motivadas pelo zelo religioso, mas fundamentalmente ligadas àqueles valores sobre a compaixão e a bondade naturais, extensivos a todos os homens e mulheres racionais e sensíveis (Martins, 2013, p. 167).

A caridade e a filantropia, ainda que representem doutrinas diferentes (Benelli, 2014; Donzelot, 1980; Silva, 2006), têm em comum a retórica da boa intenção com as populações desfavorecidas. Ao mesmo tempo, contraditoriamente, empregam a despolitização como ferramenta de gestão social. A antiga caridade era reconhecida por sua capacidade de estabelecer relações de obediência e “laços de afeição entre as classes”, bem como uma “hierarquia salutar e branda” entre ricos e pobres (Donzelot, 1980, p. 62), o que, contemporaneamente, pode-se observar preservado nos discursos de planificação social, que naturalizam a desigualdade:

Segundo seus defensores, a caridade possibilita uma relação de união e comunhão com o outro, seu irmão, porque considerado filho do mesmo Pai, garantindo a salvação a rico e pobre, ou seja, a recompensa de uma vida eterna plena de amor e paz, já que os leva a ações de acolhimento e humildade: ao primeiro, porque ajuda e ao segundo, porque aceita o que lhe é oferecido. Não concebe o conflito e a discórdia entre quem tem mais e quem tem menos. Aliás, onde a caridade se faz presente, as desavenças desaparecem (Silva, 2006, p. 329).

A filantropia, por sua vez, segundo Donzelot (1980, p. 63), surgiu e se fortaleceu na França em meio a um contexto no qual os filantropos, defensores da economia social, receavam que a caridade viesse a suscitar na população sentimentos quanto a um direito devido, culminando em paixões políticas e insurreições:

Os filantropos faziam entender que era justamente o antigo sistema de obediências clientelísticas e caridosas que preparava a via para o socialismo. Esse hábito de contar com um protetor que resolve os problemas não provocaria a despreocupação culposa da população pobre? E, quando faltasse essa proteção, subsistiria no espírito do pobre o sentimento de que algo lhe seria devido? Desse dom arbitrário e gracioso não fariam os pobres um direito a reclamar imperiosamente, direito ao trabalho, direito à assistência? Ir de



encontro ao raciocínio caridoso torna-se o único meio de conjurar o advento de uma caridade de Estado, espoliadora das fortunas e, portanto, o melhor meio de defender a ordem social.

Contrapondo-se à caridade, a filantropia desenvolveu outras técnicas menos apoiadas no fornecimento de bens materiais e na concepção de socorro à pobreza, menos auxiliadas pelas emoções de simpatia e de piedade, mas formuladas como uma tecnologia de normalização, buscando substituir os bens pelos conselhos, pela incitação à poupança, pela persuasão sobre a necessária autonomia liberal, afastando o perigo das tentações socialistas e estatizantes (Donzelot, 1980).

A filantropia e as políticas assistenciais no Brasil

No Brasil, a caridade religiosa marcou os primeiros séculos de assistência aos denominados pobres, formando as bases para o modelo filantropizado e higienista característico do período colonial e imperial. No século XX, com o processo de urbanização, industrialização e a formação da classe operária, o Estado foi instado a prover medidas de proteção aos trabalhadores e suas famílias, oferecendo resposta às reivindicações e mobilizações que se expandiram na década de 1930 e passaram a fazer parte da vida social. O governo Getúlio Vargas promoveu uma dualização no campo da seguridade, no qual a classe operária foi beneficiada pelas políticas sociais, tais como “a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o Salário-Mínimo, a valorização da saúde do trabalhador e outras medidas de cunho controlador e paternalista”, transformando “a questão social em problema de administração, desenvolvendo políticas e agências de poder estatal nos mais diversos setores da vida nacional” (Yazbek, 2005, p. 220).

O trabalhador pobre, informal, assim como os desempregados, foram relegados às fragmentadas ações desempenhadas pela benemerência filantrópica, apoiadas e reconhecidas pelo Estado, sendo reguladas pelo Conselho Nacional de Serviços Sociais (CNSS) (Yazbek, 2012). O Serviço Social Brasileiro emergiu nesse mesmo contexto¹, norteando o projeto político da Igreja Católica, priorizando a ação social em detrimento das ações de Assistência Social, ainda que o Serviço Social Profissional deva ser considerado como uma ruptura frente à caridade e filantropia (Yazbek, 2006).

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, a Legião Brasileira de Assistência (LBA), que fora criada para prestar assistência às famílias dos expedicionários brasileiros, deslocou seu objetivo para a assistência da maternidade e da infância e iniciou uma política de convênios com entidades sociais, instaurando um modelo de regulação pela benemerência. A Assistência Social brasileira se estruturou, inicialmente, vinculada ao conjunto de iniciativas benemerentes e filantrópicas da sociedade civil, ao mesmo tempo que ocorreu um processo de profissionalização no tratamento das expressões da Questão Social², bem como o Estado começou a assumir responsabilidades pela proteção social da população:

Caracterizada por ações paternalistas e de prestação de auxílios emergenciais e paliativos à miséria, vai interferir junto aos segmentos mais pobres da sociedade, mobilizando a sociedade civil e o trabalho feminino. Essa modalidade de intervenção está na raiz da relação simbiótica que a emergente Assistência Social brasileira vai estabelecer com a filantropia e com a benemerência. O caráter dessa relação nunca foi claro e a histórica inexistência de fronteiras entre o público e o privado na constituição da sociedade brasileira vai compor a tessitura básica dessa relação que continuamente repõe tradições clientelistas e assistencialistas seculares. Portanto, o que se observa é que historicamente a atenção à pobreza pela Assistência Social pública vai se estruturando acoplada ao conjunto de iniciativas benemerentes e filantrópicas da sociedade civil (Yazbek, 2005, p. 221-222).

As práticas de socorro da filantropia e da benemerência se transformaram com o passar das décadas, processo que contou com a intervenção dos Assistentes Sociais, cuja profissão foi regulamentada no ano de 1962 (CFESS, 2009; Yazbek, 2006).

Nas décadas de 1960 e 1970, com a expansão do capitalismo monopolista e o advento do autoritarismo de Estado, houve o aumento da desigualdade social. Esse fenômeno foi acompanhado pela modernização conservadora do sistema de proteção social, que combinou assistência à pobreza com repressão. A partir dos anos 1970, houve um avanço de organização da sociedade civil, com o fortalecimento dos movimentos sociais e sindicais. Na década de 1980, a pobreza tornou-se a grande pauta da agenda social, dado o vertiginoso crescimento e a visibilidade da pauperização (Yazbek, 2005, 2006, 2012).

Foi também na década de 1980 que prosperou um processo de renovação ético-profissional do Serviço Social, tendo como marco o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), realizado entre os dias 23 e 27 de setembro de 1979 e considerado como o ponto de ruptura com o histórico de conservadorismo da profissão. Até aquele momento, a profissão havia sido regida por Códigos de Ética que figuravam orientações como a neutralidade, o exercício profissional referenciado pelos valores da solidariedade, do amor ao próximo e da doação, bem como uma função educativa moralizadora dos comportamentos, que aceitava passivamente o autoritarismo e a ordem instituída (Abramides, 2017; CFESS, 2009). A partir do III CBAS, conhecido como o 'Congresso da Virada', iniciou-se um processo de organização da categoria para renovar os quadros dos conselhos de Serviço Social, que se encontravam sob a hegemonia dos setores conservadores e tecnocratas da profissão. Nesse processo, foi possível rediscutir o currículo básico de formação do Serviço Social, que passou a ser baseado em teorias sociais críticas:

Somente a partir do final dos anos 1970 e início de 1980, sob a influência das lutas políticas democráticas que se adensavam em toda a América Latina é que o Serviço Social brasileiro passa a incorporar o referencial marxista e produzir análises teóricas em uma perspectiva de totalidade, historicidade e criticidade. As críticas ao conservadorismo, ao capitalismo, à autocracia burguesa se desdobram no compromisso ético-político com a classe trabalhadora e nas transformações radicais da sociedade. É nesse contexto que o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, realizado em São Paulo em 1979, representou a viragem de posicionamento ético-político e demarcou o compromisso profissional com as lutas sociais e a organização política da classe trabalhadora. Este novo posicionamento seria incorporado no Código de Ética de 1986, a partir da negação da base filosófica tradicional e da afirmação de um novo perfil ético, político e profissional (CFESS, 2009, p. 1).

De acordo com Rodrigues (2012), o Serviço Social brasileiro, até então limitado quanto a sua dedicação à reflexão teórica e crítica, procedeu um salto significativo entre os anos de 1980 e 1990, sobretudo por meio da produção teórica de um grupo de professores vinculados à pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP):



É nos anos [19]80 que o eixo das concepções assistenciais, descolando-se da tradição assistencialista, se vai transladar para a esfera dos direitos e vai se relacionar a políticas sociais. Nunca será demasiado lembrar que a primeira contribuição mais substantiva acerca das políticas sociais, no âmbito do Serviço Social, só sobreveio, na entrada daquela década, pelas mãos de Vicente Faleiros (A política social do Estado capitalista: as funções da Previdência e da Assistência Social, 1981), e que a primeira elaboração mais qualificada sobre a assistência no Brasil surgiu em meados da mesma década, no trabalho de professores da PUC-SP (A. Sposati *et al.*, Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras, 1986) (Netto, 2010, p.10).

Em uma trajetória de rápido acúmulo de massa crítica, a vanguarda profissional do Serviço Social passou a desempenhar o protagonismo nas discussões sobre a Assistência Social enquanto política pública (Netto, 2010). Foi desse modo que a produção teórica do Serviço Social se tornou uma das referências fundamentais para as análises e propostas que mais tarde se transformariam na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), iniciando o “[...] reconhecimento da assistência como política pública e direito do cidadão (Rodrigues, 2012, p. 66).

A assistencialização das políticas sociais

De acordo com Rodrigues (2012, p. 53-54), embora pareça responder às demandas históricas dos setores progressistas do Serviço Social e da sociedade brasileira, a reengenharia da assistência social, fortalecida por meio do desenvolvimento de uma seguridade assistencial, distancia-se do legado crítico do ‘Congresso da Virada’ e da vanguarda crítica da profissão ao se firmar em um arcabouço de ações do Estado de caráter paliativo, emergencial e compensatório:

Em Assistência na trajetória das Políticas Sociais Brasileira: uma questão em análise — livro que marcou época no Serviço Social brasileiro —, o assistencial é tomado como sinônimo do caráter emergencial, paliativo, enfim compensatório da ação do Estado em face das condições de vida das classes subalternizadas. Oposta à consolidação de direitos, a perspectiva “assistencial” é definida, ainda, como a constituição de serviços públicos pobres para os mais pobres.

Apesar do mérito de retirar a Assistência Social da condição de política residual, sem negar sua importância estratégica no





atendimento aos segmentos circunstancialmente pauperizados da população, o ruído se apresenta na sua centralidade dentro das políticas de seguridade. Valorizada pelas classes dominantes como mecanismo privilegiado no enfrentamento das desigualdades sociais, na medida em que, convenientemente, a PNAS não intervém nas contradições estruturais da sociedade capitalista (Mota, 2010a, 2010b), observa-se um contexto marcado pela Assistencialização das Políticas Sociais.

O conceito de Assistencialização da Seguridade Social — ou das Políticas Sociais (Cassin; Ramos; Moraes, 2013; Moraes, 2009, 2010; Mota, 1995; Pastorini; Galizia, 2006; Rodrigues; 2009, 2012; Silva, 2010) — nomeia o fenômeno no qual as discussões e as políticas de Proteção Social circunscrevem-se cada vez mais no restrito campo das políticas assistenciais minimalistas, com viés predominantemente pedagógico e com poucas perspectivas emancipatórias. As respostas às expressões da Questão Social ficam centralizadas e equivocadamente restritas ao campo da PNAS, em lugar de estabelecer um largo espectro de seguridade social pública, que efetive direitos sociais. Nesse cenário, os campos das políticas sociais se tornam minimalistas, pois “não visam a reparação das desigualdades e a redistribuição das riquezas socialmente produzidas; ao contrário, são políticas mínimas para os mais pobres dentre os pobres, com escasso potencial redistributivo (Moraes, 2010, p. 186).

Segundo Anchieta (2014), a discussão acerca do fenômeno da Assistencialização da Seguridade Social permanece atual e inconclusa. Existiriam dois momentos de análise do tema, um que remete ao contexto do Estado brasileiro na década de 1990 e outro que foi observado a partir da reestruturação das políticas sociais dos anos 2000, contemplando o desenvolvimento da PNAS na primeira década do século XXI. Enquanto a Assistencialização da Seguridade nos anos 1990 se executou pela via da privatização, sob os moldes do neoliberalismo e terceirizando a Assistência Social por meio da expansão de entidades sociais, a Assistencialização da Seguridade que perpetuou nos anos 2000 foi executada em um contexto contraditório, no qual o Estado assumiu a responsabilidade inequívoca e direta pela organização e execução dos serviços e organizações Assistenciais, sem romper com a lógica dos mínimos sociais e da centralidade da Assistência Social no combate às expressões da Questão Social.





O fenômeno de Assistencialização das políticas sociais esteve em estreita relação com um transformismo ideológico (Mota, 2010b; Rodrigues, 2012), que tende a considerar novas conceituações ao campo do tratamento da Questão Social e que atenua as tentativas de vinculação entre pobreza e acumulação da riqueza:

Ocorre um verdadeiro transformismo (para continuar retomando a inspiração gramsciana) nos conteúdos que informam a questão social, passando a mesma a adquirir novos significados, tais como: questão social como exclusão; questão social como objeto da política social; questão social como ausência de cidadania e direitos sociais; questão social como desemprego (Mota, 2010b, p. 51).

No cenário de um país no qual “o Estado, o mercado, a moeda, a ordem jurídica, enfim as instituições fundamentais” contribuem ou efetivamente produzem “pobres, indigentes, excluídos em profusão, mesmo em períodos de crescimento econômico continuado” (Theodoro; Delgado, 2003, p. 122), a promessa de um Estado de Bem-Estar Social³ foi abandonada em nome dos interesses do mercado e de um modelo específico de ajustes fiscais (Mota, 1995; Vianna, 2008). Investiu-se em uma Seguridade Pobre e Focalizada, na qual “a cidadania e as necessidades humanas são rebaixadas ao nível da sobrevivência física, prevalecendo o conceito de mínimos sociais na oferta de direitos” (Cassin; Ramos; Moraes, 2013, p. 10).

As últimas três décadas foram o cenário da instituição da proposta focalista na gestão social brasileira. Segundo Theodoro e Delgado (2003, p. 122, 124), o discurso da focalização “realiza um afunilamento da questão social para a órbita exclusiva da política social, ao mesmo tempo que transfere o debate sobre essa política da ótica do direito para uma ótica do gasto social”, fazendo com que a discussão sobre política social se enverede para o âmbito da “escolha pública eficiente”. A política social é, então, submetida a uma lógica pragmática, baseada em quatro premissas.

A primeira premissa é a de que os recursos para a área social são suficientes e regulados pelo imperativo fiscal, de modo que restaria apenas serem eficientemente alocados para o bom funcionamento da política social. A segunda premissa é a de que política social é sinônimo de combate à pobreza, desinteressada, portanto, de projetos amplos, como a instituição de mecanismos



redistributivos e as reformas agrária e tributária. A terceira premissa é a de que o tratamento das expressões da Questão Social é um problema técnico e não político, despolitizando a discussão sobre os modos de produção da desigualdade. Por fim, a premissa de que a política social é uma “espécie de ação complementar à capacidade alocativa do mercado” (Theodoro; Delgado, 2003, p. 124), que se aplica como paliativo para as imprecisões do livre-mercado, sem redundar em uma intervenção regulatória do Estado.

De acordo com Vianna (2008), apesar da controvérsia entre universalismo ou focalismo ter relação direta com as distintas concepções teóricas sobre o papel das políticas sociais nas sociedades modernas — se focadas no amplo enfrentamento da Questão Social ou se concebidas como alívio ou compensação dos prejuízos da inevitável desigualdade da vida social —, o que se tem observado é o desaparecimento da discussão sobre a Questão Social no meio acadêmico, assim como a naturalização de um modelo minimalista de política social. Para a autora, há, no debate contemporâneo, um aprisionamento às menções das práticas correntes no país, empobrecendo as discussões acerca da Questão Social e sobre as formas de seu enfrentamento, bem como a nítida ausência de proposições que pensem as políticas de forma alternativa.

A despolitização do trabalho social

No trabalho social contemporâneo, observamos um mecanismo tautológico, no qual a teoria se confunde com a PNAS, sendo por ela determinada, o que torna a PNAS autoexplicativa, encerrando nela mesma o começo e o fim da teoria. Ao perder a criticidade mais ampla, aprisionando-se no pragmatismo focalista assistencial, o trabalho social se arrisca em uma volta no tempo, aventurando-se no tradicionalismo de se resignar e retroalimentar uma execução pautada por ações emergenciais, paliativas e socialmente inertes, ao mesmo tempo que acredita permanecer em uma grande cruzada ético-política. Cabe, nesse sentido, a observação realizada por Netto (2010, p. 11), que, embora seja endereçada aos trabalhadores do Serviço Social, pode ser facilmente aplicada a toda a classe dos trabalhadores da PNAS:

— O senso comum profissional tende a pensar a intervenção profissional no domínio exclusivo das políticas de assistência. Se esta hipótese

for verificada como verdadeira, penso que suas implicações de mais largo prazo serão muito deletérias. Mas este não é o ponto que me interessa aqui: o que me importa é sublinhar que o movimento antes sumariamente descrito, pelo qual o debate da Assistência Social foi recuperado qualificadamente pelo Serviço Social, se foi um inequívoco avanço no desenvolvimento recente da profissão, trouxe consigo uma série de riscos que se explicitaram nos últimos anos. [...] Alguns procedem de opções (ou não opções) de natureza teórica — por exemplo, a recusa objetiva de fundar a análise social na crítica da economia política; alguns procedem da incorporação aligeirada de modismos em voga nas Ciências Sociais — por exemplo, a sacralização da “sociedade civil”, a satanização do “Estado” e o culto aos “movimentos sociais”; outros derivam de escolhas ídeo-políticas — por exemplo, a assunção de um projeto social-democrata no momento em que, historicamente, o horizonte social-democrata é (quando muito) a gestão do existente. O essencial a afirmar aqui é que a centralização da profissão no planejamento, na gestão, na execução e na avaliação de políticas de assistência tem contribuído para constituir, presentemente, o mito da assistência: vale dizer, o trato efetivo da Assistência Social como alternativa corretora da “questão social”.

Há uma distância considerável entre estabelecer se o eixo da formação crítica do trabalhador social é a ‘Proteção Social’ ou a ‘Questão Social’ (Rodrigues, 2009)⁴. Mais do que o aprisionamento ao instituído, o risco é operar lógicas que se conformam aos contornos éticos possíveis pela caridade e a filantropia, despolitizando o campo das políticas públicas:

Do entendimento reducionista de que a questão social é a pobreza (uma potente premissa teórica) decorre a aceção de que política social tem por função proteger os pobres, o que está longe de alinhar em concordância os cientistas sociais [...] as ações governamentais de cunho social (voltadas ou não apenas para os pobres) têm historicamente por função proteger a sociedade como um todo dos riscos que a expansão do mercado acarreta, em particular das desigualdades que, no limite, ameaçam a própria integridade do tecido social. Em fina sintonia com aquelas premissas, se insinua, levemente irônica, uma outra: política social, como política para os pobres e portanto de natureza assistencial, se associa à bondade. Esse insidioso entendimento, que obviamente se contrapõe aos de Polanyi e Castel, enunciados acima — e que, aliás, contraria todos os clássicos



da teoria política desde Maquiavel -, possibilita a seus seguidores desconsiderar como sociais outras políticas fundamentais para o enfrentamento da questão social, como transportes, saneamento, e, muito especialmente a previdência social (Vianna, 2008, p. 134-135).

Caberia, certamente, a um determinado projeto, vinculado às obras sociais religiosas, operar com a dispensação de bens e a oferta de amparos emergenciais. Não há estranhamento no fato de que missionários e voluntários, religiosos ou leigos, possam dedicar seu tempo a aliviar momentaneamente o sofrimento do próximo, ofertando acolhimento, alimentação e apoio espiritual, seja pelas ruas ou em estabelecimentos benemerentes. Pertencendo ao registro da caridade, não se exige que essas práticas tenham resultados para além da simples relação de gratidão estabelecida na troca social, nem se considera pouco suficiente ou injustificável o pleno embasamento por valores morais como a bondade e a piedade. Do mesmo modo, não há escândalo na tática filantrópica de estabelecer uma relação de troca entre suas ofertas e a penetração na dinâmica familiar, intentando uma programação pedagógica e normalizadora. Alinhada a um objetivo de concertação social e desinteressada do questionamento do status quo, não há incoerência no mero treino do exercício da resiliência individual ou na parca tentativa de instaurar um conjunto de valores positivos e resignados. Esse horizonte não nos parece suficiente, no entanto, como função do Estado, que tem em si a possibilidade legítima da regulação das injustiças sociais.

A perda da criticidade no desempenho do trabalho social permite que os discursos se desconectem da práxis, ressoando apenas como um conjunto de bravatas, chavões retroalimentados pela rede de cumplicidade entre os pares da profissão. Segundo Benelli e Costa-Rosa (2012, p. 634-635), a Assistência Social:

Tende a permanecer num plano retórico, e parece se tratar de um discurso arrojado com objetivos mais simbólicos do que práticos, pois não prevê orçamento público efetivo e suficiente para sua consecução. Os indícios mais claros levam a concluir que ela visa legitimar a hegemonia da ordem social vigente, mais do que promover sua transformação.

Em cenários não muito raros, a transformação social é tacitamente substituída pela transformação pessoal dos sujeitos





e das famílias, desconsiderando a Questão Social. Os objetivos de exercício pleno da cidadania e de garantia de direitos parecem facilmente deslocados para o desenvolvimento de uma engenharia/tecnologia social baseada na solidariedade, no amor, na doação ao outro e no desenvolvimento de comportamentos afetivos dentro da comunidade, menos voltados para a organização política do que para os 'bons encontros' que apenas ajudem a tamponar o sofrimento ético-político e a encorajar a resiliência e a superação individual. O resultado esperado não é necessariamente a autonomia pessoal, a superação da pobreza ou a conscientização política, mas o desempenho da Proteção Social enquanto oferta técnica, isto é, o trabalho social se encerrando em si mesmo.

Nesse cenário, monitoramento e avaliação tornam-se apenas factoides gerenciais. Afinal, como definir critérios de desligamento da oferta assistencial em um país no qual, em média estatística, uma família pobre pode levar nove gerações para que seus descendentes alcancem uma renda média (OECD, 2018)? Os trabalhadores sociais permanecem em campo diariamente, oferecendo o melhor de sua técnica, sem, no entanto, contornar o assustador ciclo de transmissão geracional das violações de direitos. Não seria essa a nova faceta da culpabilização individual das famílias pelas suas próprias condições de vida, desaparecida dos discursos e agora sustentada pelo silêncio?

Apartado das abordagens críticas e das problematizações políticas, pouco resta ao trabalho social além de operar uma lógica psicologizante e normalizadora. Por psicologização, entende-se as interpretações e narrativas nas quais "o cotidiano é esvaziado politicamente; as relações de opressão, as explorações, as diversas formas de dominação são invisibilizadas e atribuídas ao território do psicológico, fazendo parte do psiquismo e da vida interior do sujeito" (Coimbra; Leitão, 2003, p. 12). Comum na filantropia benemerente das primeiras preocupações assistenciais brasileiras (Yazbek, 2005), é uma tendência que privilegia os problemas relacionais, transforma as questões materiais das pessoas em dificuldades subjetivas e subentende a incapacidade do sujeito em se apropriar das oportunidades que lhe foram oferecidas, estando relacionada à lógica da ajuda psicossocial e do tradicionalismo (Rodrigues, 2012). Conforme problematizado por Benelli (2009, p. 526):



Não se questiona a implicação ética do psicólogo quanto à psicologização da realidade existencial das camadas mais empobrecidas da população: há um constante deslizamento do plano da produção da vida material, marcada por relações antagônicas de exploração e exclusão que vigem entre o capital e o trabalho — portanto, do plano sociopolítico — para o campo da interioridade psicológica dos indivíduos. Eles continuarão em sua pobreza, pois não está nas mãos do psicólogo modificar isso, mas pelo menos estarão mais calmos, integrados, e seus relacionamentos serão mais gratificantes e realizadores. Deste modo, não é difícil perceber que os recursos psicológicos teriam como função dissimular as reais contradições da vida social, escamoteando interesses mais amplos. A psicologia pode dissolver conflitos de classe por meio de técnicas terapêuticas e pode, assim, evitar que se coloquem em xeque os sistemas institucionais estabelecidos: é mais barato tratar crianças problemáticas e emocionalmente desajustadas do que transformar as estruturas sociais geradoras de tais indivíduos. Assim, a psicopedagogia apresenta-se como uma construção de respostas psicológicas aos problemas decorrentes das exigências do sistema escolar, e a psicologia organizacional visa ao equacionamento psicológico que o fator humano impõe para as exigências de produção das empresas.

Essa concepção não representa, necessariamente, um rompimento com a defesa sistemática das políticas sociais. Pode, ao contrário, conviver e até mesmo protagonizar uma rigorosa militância para o investimento em políticas públicas. Não é, também, de modo algum, vazia de sustentação teórica ou limitada quanto às suas possibilidades técnicas. Seu limite, diríamos, está nas suas consequências éticas, na medida em que reproduzem cegamente “um estado do sistema de produção onde as imposições objetivas da economia são colocadas fora do alcance das pessoas, que não têm outro recurso senão trabalhar o espaço de seu próprio potencial e de suas relações” (Castel, 1987, p. 161). Muitos trabalhadores sociais parecem participar desavisados da reelaboração e da apassivação do papel do Estado na promoção de transformações efetivas na realidade e diante das expressões da Questão Social:

Que faz uma equipe de prevenção implantada num quarteirão de imigrantes? Mudar as condições de morada, encontrar trabalho para os adolescentes, modificar os reflexos racistas da população



exterior? Os trabalhadores sociais estão bem colocados para saber que essas possibilidades de uma intervenção, diretamente social ou política, estão na maioria do tempo fora dos limites de seu mandato. Então tecem redes de relações, tomam possíveis ligações afetivas, estruturam empregos de tempo em volta de atividades que têm por fim intensificar encontros, despertar interesses, saturar desejos no quadro de uma sociabilidade construída por sua própria estratégia. Seu trabalho liga-se menos à possibilidade de agir sobre causas objetivas do que a sua capacidade de produzir um espaço de sociabilidade diferente das condições nas quais vive sua clientela (Castel, 1987, p. 167).

E se a necessidade de efetividade na garantia de direitos e de resultados concretos na melhoria da qualidade de vida da população não caracterizar o seu objetivo precípua, a Assistência Social não apenas se aproximará da normalização filantrópica, mas deslizará diretamente à ética caritativa, como uma Caridade de Estado, na qual os objetivos são da ordem de uma bondade governamental e as relações de vínculo bastariam como indicador de eficiência. Um modelo que se satisfaz ao festejar a gratidão dos sujeitos, quando obedientemente reconhecem o socorro recebido, mesmo que permaneçam na miséria e independente da cronicidade de violações às quais continuam submetidos.

Considerações finais

Há pouco mais de meia década, a partir do ano de 2016, as políticas públicas brasileiras retomaram um curso de ostensivo esvaziamento, por meio do desfinanciamento público e com a profusão de pautas liberais e conservadoras. Nesse contexto, diferente da euforia otimista que se vivenciava há cerca de 10 anos, tememos que a desesperança circunscreva a militância ético-política apenas a defender acriticamente as políticas minimalistas que foram possíveis no contexto da redemocratização brasileira. Justifica-se que, de outro modo, há o perigo de alimentar o retrocesso.

Não acreditamos, entretanto, que esse seja um momento anacrônico para discutir sobre a PNAS, o trabalho social e o modelo que foi possível erigir, mesmo no seu auge orçamentário, na primeira metade da década passada. Pelo contrário, acreditamos que a militância contra o desmonte das políticas



sociais brasileiras pode ser perfeitamente concomitante a uma profunda análise acerca do modelo de assistência social que estamos materializando no cotidiano da PNAS.

Ao despolitizar a abordagem de entendimento dos mecanismos estruturais de produção da desigualdade, entende-se que a tarefa das políticas sociais é complementar, compensatória, e não regulatória do mercado, produtora e transformadora do meio social. Prevalece, desse modo, a lógica hierárquica e objetalizadora do socorro aos desvalidos, um desacoplamento entre a prática assistencial e a concepção unívoca da garantia de direitos, como se a garantia estivesse rebaixada a um direito à compaixão, flexibilizada como piedade estatal, abrindo espaço para relações pessoalizadas, clientelistas etc. O trabalhador social, dessa forma, revisitaria o exercício da bondade, resignando-se ao papel de protagonista da profissionalização tecnológica da virtude de fazer o bem.

Nesse cenário, sobretudo no atendimento a crianças e adolescentes, o trabalho social passa a ser atribuído a um campo de vocação, terreno do trabalho messiânico, confundindo militância e trabalho missionário, desembocando em toda uma série de romantizações que, longe de implementar direitos, incrementam a despolitização.

É outra a demanda social daqueles que se tornam ‘usuários’ da Assistência Social brasileira, devendo ser diferenciada da encomenda que se convencionou a responder com uma oferta de Proteção Social que rebaixa as necessidades humanas à alimentação e à convivência. Ainda que a relação de vínculo, a afetividade e a generosidade possam contribuir na prática do trabalhador social, a Proteção Social não se faz sem a necessária transformação da realidade, com a garantia de plenos direitos. Não é demais insistir no óbvio: Proteção Social não é apenas um fenômeno pedagógico.

Referências

ABRAMIDES, M. B. C. Memória: 80 anos do Serviço Social no Brasil: O III CBAS “O Congresso da Virada” 1979. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 128, p. 181-186, jan./abr. 2017.

ANCHIÊTA, J. L. S. *A crítica à assistencialização da Política de Seguridade Social segundo Mota: uma contribuição pela via da*

singularidade do Distrito Federal, no contexto de aplicação da Política de Assistência Social. 2014. 128 f. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

BENELLI, S. J. A cultura psicológica no mercado de bens de saúde mental contemporâneo. *Estudos de Psicologia*, Campinas, v. 26, n. 4, p. 515-536, out./dez. 2009.

BENELLI, S.; COSTA-ROSA, A. Paradigmas diversos no campo da assistência social e seus estabelecimentos assistenciais típicos. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 23, n. 4, p.609-660, 2012.

BENELLI, S. J. *Entidades Assistenciais Socioeducativas: a trama institucional*. Petrópolis: Vozes, 2014. 237p.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/ Secretaria Nacional de Assistência Social. *Política Nacional da Assistência Social - PNAS/2004, Norma Operacional Básica - NOB/SUAS*. Brasília: MDS/SNAS, 2005. 177p.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. *Tipificação nacional de serviços socioassistenciais*. Texto da resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. Brasília: MDS. 2009. 121p.

CASSIN, M.P.S; RAMOS S.M.P.C; MORAIS, H.H.S. A assistencialização minimalista das políticas sociais no trato da questão social. *In: Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais*, 3, 2013, Belo Horizonte. *Anais [...]*. Belo Horizonte: CRESS 6ª Região, 2013. 16p.

CASTEL, R. *A ordem psiquiátrica: a idade de ouro do alienismo*. 2.ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978. 222p.

CASTEL, R. *A gestão dos riscos: da antipsiquiatria à pós-psicanálise*. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1987. 198p.

CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. 8.ed. Petrópolis: Vozes, 2009. 611p.

CFESS. CFESS manifesta: dia da/o assistente social. *CFESS*, Brasília, 15 mai. 2009.

COIMBRA, C. LEITÃO, M. B. S. Das essências às multiplicidades: especialismos psi e produções de subjetividades. *Psicologia & Sociedade*, [Belo Horizonte], v.15, n. 2, p. 6-17, jul./dez. 2003.

DONZELOT, J. *A Polícia das famílias*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980. 209p.

MARTINS, A. P. V. Bondade, substantivo feminino: esboço para uma história da benevolência e da feminilização da bondade. *História:*

- Questões & Debates*, Curitiba, n. 59, p. 143-170, jul./dez. 2013.
- MORAES, M. R. *O processo de assistencialização das políticas sociais e o serviço social*. 2009. 200 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.
- MORAES, M.R. O processo de assistencialização das políticas sociais e a seguridade social brasileira. *Temas & Matizes*, Cascavel, v. 9, n. 17, p. 177-200, 1. sem. 2010.
- MOTA, A. E. Apresentação: o fetiche da assistência social. In: MOTA, A. E. (Org). *O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010a. p. 15-18.
- MOTA, A. E. Questão social e serviço social: um debate necessário. In: MOTA, A. E. (Org). *O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010b. p. 21-57.
- MOTA, A. E. *Cultura da crise e seguridade social: Um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos [19]80 e 90*. São Paulo: Cortez, 1995. 248p.
- NASCIMENTO, M. L.; SCHEINVAR, E. Infância: Discursos de Proteção, Práticas de Exclusão. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2. p. 51-66. 2. sem. 2005.
- NETTO, J. P. *Cinco notas a propósito da “questão social”*. *Temporalis*, Brasília, v. 2, n. 3, p. 41-49, jan./jul. 2001.
- NETTO, J. P. Prefácio. In: MOTA, A. E. (Org). *O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010. p. 09-13.
- OECD. *A broken social elevator? How to promote social mobility*. Paris: OECD Publishing, 2018. 355p.
- PASTORINI, A; GALÍZIA, S. A redefinição do padrão de proteção social brasileiro. *Praia Vermelha*, Rio de Janeiro, n. 14/15, p. 72-102, 1. sem./ 2. sem. 2006.
- RODRIGUES, M. Balanço crítico do SUAS: assistência X assistencialização. *Em Foco*, Rio de Janeiro, n. 5, p. 20-25, mar. 2009.
- RODRIGUES, M. O exercício profissional 30 anos depois do Congresso da Virada. *Revista Praia Vermelha*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 51-68, jan./jul. 2012.
- SILVA, C. N. Igreja Católica, assistência social e caridade: aproximações e divergências. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 8, n. 15, p. 326-351, jan./jun. 2006.

SILVA, M. N. Assistencialização das políticas sociais? Breves notas sobre o debate contemporâneo. *Temporalis*, Brasília (DF), ano 10, n.20, p.77-112, jul./dez. 2010.

THEODORO, M.; DELGADO, G. Política social: universalização ou focalização – subsídios para o debate. *Políticas sociais – acompanhamento e análise*, [Brasília], n. 7, p. 122-126, ago. 2003.

VERDÉS-LEROUX, J. *Trabalhador social: prática, hábitos, ethos, formas de intervenção*. São Paulo: Cortez, 1986. 207p.

VIANNA, M. L. T. W. A nova política social no brasil: uma prática acima de qualquer suspeita teórica? *Revista Praia Vermelha*, Rio de Janeiro, n. 18, 1º sem. 2008.

YAZBEK, M. C. A pobreza e as formas históricas de seu enfrentamento. *Revista de Políticas Públicas*, São Luís, v. 9, n. 1, p. 217-228, jul./dez. 2005.

YAZBEK, M. C. A assistência social na prática profissional: história e perspectivas. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, ano 27, n. 85, p. 123-132, mar. 2006.

YAZBEK, M. C. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 110, p. 288-322, abr./jun. 2012.

Notas

1 A primeira escola de Serviço Social foi criada em 1936, na Rua Sabará, na cidade de São Paulo, SP, para a formação de profissionais do sexo feminino, sob referência teórica franco-belga e norte-americana, na perspectiva da ação social (Abramides, 2017). ↑

2 Diferente das sociedades precedentes à sociedade burguesa, nas quais a pobreza era normalmente ligada a um quadro geral de escassez, na atualidade, a pobreza é conservada independente do alto desenvolvimento da capacidade social de produção de riquezas. O conceito de Questão Social refere-se a essa relação entre o desenvolvimento capitalista e os processos de pauperização na sociedade contemporânea, em um contexto de desigualdade e disputa da riqueza social pelas classes sociais (Netto, 2001; Yazbek, 2005). ↑

3 A Constituição Federal brasileira, afinada com as ideias de um Estado de Bem-Estar Social, surgiu na contramão da experiência mundial de desmonte do Welfare State, com a ampliação e o domínio de experiências neoliberais. No Brasil, ao mesmo tempo que acontecia uma reafirmação democrática e a aprovação dos marcos regulatórios de pilares da Seguridade Social, o país adotou um ajuste neoliberal e se tornou signatário de acordos derivados do Consenso de Washington, aderindo a propostas de estado mínimo e priorizando os interesses de mercado (Cassin; Ramos; Moraes, 2013; Mota, 1995; Vianna, 2008). ↑

4 A autora problematiza especificamente a matriz de formação profissional do Assistente Social, mas acreditamos ser um questionamento perfeitamente adequado para a reflexão sobre qual a concepção de demanda social que está sendo interpretada a partir da encomenda do trabalho social, bem como quais diretrizes teóricas e ético-políticas estão sendo garantidas aos trabalhadores sociais a título de formação continuada. ↑



Este número da Revista Praia Vermelha foi diagramado entre janeiro e fevereiro de 2025 pelo Setor de Publicações e Coleta de Dados da Escola de Serviço Social da UFRJ, para difusão online via Portal de Revistas da UFRJ. Foi utilizada a fonte Montserrat (Medium 13/17,6pt) em página de 1366x768pt (1:1,77).